



Indicadores de Desenvolvimento de Vitória da Conquista-BA: uma análise da gestão do Partido dos Trabalhadores à luz da Administração do Desenvolvimento.

Autoria: Danillo Teles de Britto Bispo¹, Elinaldo Leal Santos²

¹Especialista em Gestão Pública Municipal (UESB), Bacharel em Economia (UESC). Colaborador do Grupo de Pesquisa em Administração Política do Desenvolvimento (GPAP-UESB). E-mail: danilloeconomia@hotmail.com.

²Doutor em Administração (EAUFBA/UTAD), Mestre em Economia (UFBA), Bacharel em Administração (UESC), Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UESB. Coordenador do Grupo de Pesquisa Administração Política do Desenvolvimento (GPAP-UESB). E-mail: elinaldouesb@gmail.com.

Resumo

Objetivou-se analisar neste artigo a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Vitória da Conquista, na Bahia, no período dos anos 2000 a 2010. Foram utilizados como fundamentação teórica para nortear o trabalho os pressupostos discutidos principalmente por Elinaldo Leal Santos e Reginaldo Souza Santos, à luz da Administração do Desenvolvimento e Continuidade Administrativa. A pesquisa foi direcionada por meio de uma abordagem quantitativa, em que se pretendeu analisar especificamente a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e dos Indicadores de Habitação. Os resultados discutidos evidenciam que o índice de desenvolvimento municipal (IDHM) apresentado ainda não é considerado elevado, ou seja, não está em um nível que se possa definir como um índice que representa as necessidades da sociedade contempladas. Os indicadores de habitação não representarão a totalidade da população, precisam avançar para que o conceito de desenvolvimento seja atendido de forma plena. Pode-se observar, portanto, que a continuidade do projeto político-administrativo da gestão do Partido dos Trabalhadores por duas décadas não teve uma gestão fundamentada em políticas com foco no projeto de nação, visando ao bem-estar pleno do conjunto da sociedade, o que evidencia os percalços na definição de políticas públicas.

Palavras-Chave: Administração do Desenvolvimento; Indicadores Sociais; Gestão do PT.

Introdução

Nos últimos tempos, a condição da dinâmica e articulação entre os mercados e agentes sociais impuseram que o modelo de Estado, em todas as esferas de governo, pudesse abrir espaço para a Administração do Desenvolvimento, rompendo-se com a visão de que o mercado pode ter mais autonomia e conduzir ao desenvolvimento de uma nação em seu sentido amplo.

Administração do desenvolvimento é definida como um campo da ciência administrativa, cujo objetivo é estudar de que forma a gestão das relações sociais influencia na condução de mudanças em regiões, lugares e até mesmo em organizações com a finalidade de assegurar o bem-estar para o conjunto da sociedade (SANTOS e SANTANA, 2011).



Administração pública fundamenta-se nas relações e articulações políticas voltadas ao benefício da sociedade e pela forma que se relaciona com seus munícipes, com foco no atendimento de suas necessidades. No atual momento histórico, a gestão pública municipal se depara com desafios na promoção da Administração do Desenvolvimento, em que inserir modelos de políticas públicas são ações necessárias para se assegurar o bem-estar da sociedade em todo seu conjunto.

Uma administração voltada para o desenvolvimento em seu sentido amplo, com bases voltadas a atender aos anseios da população, é capaz de superar problemas de ordem social, econômica e ambiental, minimizando as desigualdades sociais nas diferentes regiões do Brasil. O debate acerca da administração política com o enfoque no desenvolvimento tem sido recorrente, tendo em vista que a gestão pública, principalmente na esfera municipal, tem sido colocada numa discussão de caráter cada vez mais profissional, e que, acima de tudo, possa por meio de práticas inovadoras elevar os indicadores de desenvolvimento dos municípios no Brasil, principalmente os que estão localizados na região Nordeste.

O modelo concentrador de riqueza que é observado tem despertado a investigação pelo tema Administração do Desenvolvimento, pois alguns estudiosos sociais se dedicam a enveredar pelo papel do Estado e seus impactos na sociedade, principalmente em economias cujo processo de desenvolvimento ainda se encontra incipiente em relação a nações que possuem um nível de desenvolvimento que atende aos anseios da sociedade.

No que se refere à esfera de governo no âmbito municipal, a problemática com a qual se depara uma gestão é principalmente no campo social, que envolve, por exemplo, educação e saúde serviços que devem ser ofertados pelo Estado com excelência, tendo em vista, que estes são assegurados pela Constituição Federal. Quando se discute a Administração do Desenvolvimento, volta-se também para a questão da continuidade político-administrativa municipal. Sob a ótica regional, o município de Vitória da Conquista-BA possui um projeto político-administrativo de duas décadas, iniciado em 1997 até os dias atuais, com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do governo municipal.

Discutir a gestão pública de Vitória da Conquista, que é um dos mais relevantes municípios do estado, suscita compreender a temporalidade de continuidade administrativa, face os indicadores de desenvolvimento apresentados nos últimos anos. Sendo assim, este trabalho apresenta a seguinte indagação: Qual a evolução dos indicadores de desenvolvimento na gestão do PT no município de Vitória da Conquista? Para responder a esse questionamento, iremos, no decorrer do trabalho, analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com seus componentes e Indicadores de Habitação.

O debate do tema em questão visa abrir espaço para a discussão de questões atuais pertinentes à área social e, ao mesmo tempo, verificar como se comporta um projeto político-administrativo à frente da gestão pública municipal por um longo período. Além disso, é importante também para que os gestores públicos municipais possam se apropriar dos problemas aqui discutidos, com a finalidade de implementar mudanças com vistas a construir junto com a sociedade condições de bem-estar. Iniciando-se a partir da análise da evolução dos indicadores de desenvolvimento na gestão do Partido dos Trabalhadores no município em questão, o presente artigo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, segue com as bases teóricas, notas metodológicas e considerações finais.



Bases Teóricas do Estudo

Para o entendimento das relações que envolvem o papel do Estado, faz-se necessário que o arcabouço teórico fundamente-se na elucidação de algumas questões que coloquem a sociedade como uma finalidade da administração pública, pois a sociedade dos dias atuais é complexa, dinâmica e necessita que o Estado faça o seu papel quando necessário. Neste sentido, a oferta de serviços públicos básicos deve ser prioritária para atender às demandas da sociedade de forma plena, principalmente na área da saúde e educação pilares de construção de uma sociedade que pode experimentar condições de bem-estar. Apresentar-se-á neste tópico uma abordagem acerca da Administração do Desenvolvimento e continuidade administrativa para fundamentar a discussão do presente tema.

Administração do Desenvolvimento

No âmbito da teoria da administração política¹, tem sido recorrente o debate acerca da gestão do desenvolvimento, sobretudo, nas economias em que os indicadores que mensuram o nível de crescimento econômico apresentam-se com condições de serem melhorados, para que a sociedade alcance um nível mais elevado de bem-estar, e, dentro dessa óptica, insere-se o desenvolvimento municipal, no sentido de que a gestão pública deve direcionar os indicadores que refletem o desenvolvimento de um determinado município, através de modelos de gestão voltados para atender aos anseios da sociedade.

A nova Administração para o Desenvolvimento também requer a reinvenção do planejamento governamental. Não se trata mais de equiparar o planejamento governamental ao processo (inescapavelmente burocratizante) de se fazer planos de desenvolvimento – mas isto também não significa prescindir deles. Trata-se de orientar os planos para a visão seja realizada, tornando-os elementos programáticos dinâmicos, sujeitos e abertos a reformulações contínuas nas suas diversas fases lógicas (elaboração, implementação e avaliação). Analogamente, os planos de desenvolvimento devem cada vez mais abarcar de forma coerente e integrada múltiplas dimensões da vida social: economia e produção, meio ambiente, demografia e condições sociais, tecnologia etc. E tudo isto sem perder de vista a dimensão territorial nas perspectivas micro, meso e macro. Fundamentalmente, as políticas de desenvolvimento da nova Administração para o Desenvolvimento devem avançar as concepções e os instrumentos baseados em fomento e posicionarem-se visando à ativação de capacidades, mediante a mobilização, participação e atuação em rede politizando o processo de planejamento, em vez de torná-lo tecnocrático (MARTINS, 2004, p. 52).

Como se percebe, o desenvolvimento de um município requer a existência de uma estrutura mínima de artefatos humanos, tecnológicos, financeiros, sociais, políticos e ambientais, ou seja, de elementos estruturais e estruturantes. Epistemologicamente, o estudo da gestão do desenvolvimento cabe ao campo disciplinar da Administração do Desenvolvimento², conforme sinalizam Santos e Santana (2011):

¹ A teoria da administração política constitui uma linha de pensamento elaborada na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), cujos postulados buscam compreender a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade, numa perspectiva da Epistemologia do Sul. Assume que os fenômenos administrativos são fatos sociais factíveis de serem investigados e coloca a gestão, e não as organizações, como objeto científico da Administração (SANTOS, 2016).

² Administração do Desenvolvimento possui origem na ortodoxia do pensamento administrativo no mundo Pós-Guerra, precisamente nos planos de recuperação econômica – Plano Marshall, Plano Colombo, Aliança para o



[...] a Administração do Desenvolvimento, como um campo da ciência administrativa, tem por finalidade estudar “como” a gestão das relações sociais pode promover transformações em países, regiões, lugares e/ou organizações com vista a garantir o bem-estar geral da sociedade. Neste contexto, o desenvolvimento requer a existência do processo administrativo, bem como da implementação de reformas pautadas em valores humanísticos, solidários e democráticos. Porém, para que a Administração do Desenvolvimento seja reconhecida como um campo do conhecimento é necessário que tenha meios que possibilitem fornecer respostas aos problemas de natureza investigativa [...] (SANTOS e SANTANA, 2011, p. 12).

Na perspectiva de construir uma nova Administração do Desenvolvimento, Martins (2004) evidencia a importância de uma mudança paradigmática do papel do Estado no processo de desenvolvimento. Para tanto, compreende a necessidade de deslocar o foco da ação do Estado pautada numa *administração para o ajuste fiscal* para uma *administração do bem estar social* (Administração do Desenvolvimento).

A mudança do paradigma da *Reforma do Estado*³ para a *Revitalização do Estado*⁴ não quer dizer que irá se abandonar ou negar as formas do primeiro, mas a incorporação contínua ao segundo. Diante disso, visualizam-se três linhas de reestruturação para a Administração do Desenvolvimento: 1) voltar as organizações para objetivos peculiares do desenvolvimento (bem-estar e efetividade); 2) conceber modelos de gestão mais orgânicos e democráticos; 3) buscar o comprometimento valorativo das pessoas que integram as organizações e não apenas a adesão neutra na ação administrativa.

Para a inserção de uma nova Administração do Desenvolvimento, faz-se necessário um conjunto de ações consideradas desafiadoras, perpassando a formulação de estratégias efetivas de desenvolvimento, bem como a elaboração de planos de desenvolvimento e conceber modelos de gestão com vistas a resultados e pela unidade das organizações aos resultados propostos. Acima de tudo, é essencial que tal roteiro seja construído e posto em prática de modo coerente e único.

Continuidade Administrativa: um olhar a partir da teoria da administração política

As considerações apresentadas neste tópico não se esgotam aqui, tem-se a pretensão de contribuir com a discussão de casos de continuidade em uma dada localidade que, através de ópticas da ciência política e sociológica, é possível apreender melhor os fenômenos político-sociais. Admite-se que ainda cabe qualificar melhor o que se entende e quais são características das políticas de continuidade administrativa a partir da relação com os atores sociais, tendo em vista a complexidade em que se colocam as especificidades de uma sociedade que carece de diversas condições que assegurem a sua emancipação e dignidade humana, em que a administração política tem grande influência sobre estas questões.

Progresso – e no desejo dos países ricos em auxiliar tecnicamente os países menos desenvolvidos, com programas de ajuda mútua (SANTOS; SANTOS e BRAGA, 2015).

³ Paradigma da Reforma do Estado é empregado no sentido de construções políticas deliberativas que visam modificar as regras que regulam as relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade contemporânea. Trata-se de um modelo gerencial, cujo Estado é tido como a causa primeira da ineficiência da Administração Pública na linha do Consenso de Washington de 1989.

⁴ A Revitalização do Estado, por sua vez, é um paradigma emergente de gestão que, diferentemente do modelo proposto pelo Consenso de Washington, compreende o Estado como parte essencial da solução – e não como a solução ou o problema em si.



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

O tempo prolongado de um partido no comando de um município permite ao gestor público ter conhecimento, com mais propriedade, das condições históricas, culturais, econômicas, sociais e políticas da sociedade, dando-lhe a possibilidade de alinhar o projeto político-social aos anseios da população. Do ponto de vista histórico, sob a óptica da continuidade político-administrativa, o Partido dos Trabalhadores (PT) está à frente da prefeitura desde 1997, nas seguintes gestões: 1ª Gestão (1997-2000) – Governo Guilherme Menezes; 2ª Gestão (2001-2004) – Governo Guilherme Menezes/José Raimundo Fontes; 3ª Gestão (2005-2008) – Governo José Raimundo Fontes; 4ª Gestão (2009-2012) – Governo Guilherme Menezes; 5ª Gestão (2013-2016) – Governo Guilherme Menezes.

Permanecer por um longo período à frente da administração pública não significa dizer que o modelo de gestão adotado irá dar condições de avanços. Ao longo da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), o município de Vitória da Conquista experimentou crescimento econômico, evidenciado pelo Produto Interno Bruto (PIB), bem como houve aumento da arrecadação das receitas próprias. Por outro lado, não houve desenvolvimento social, pois nas áreas de educação e saúde, por exemplo, demonstram-se percalços da administração, ou seja, o modelo de gestão adotado não se fundamentou nos postulados da Administração do Desenvolvimento em seu sentido amplo.

Segundo Nogueira (2006), a literatura internacional sobre políticas públicas faz pouca referência para a questão da descontinuidade administrativa do modo como é normalmente observado no Brasil. Nestes termos, ao invés de direcionar para o lado negativo, descritivo da realidade política que se depara, a descontinuidade é geralmente vista apenas como parte do processo de democracia. Alguns elementos podem servir para compreender o processo de continuidade há pelo menos três possibilidades: Primeiro, mais do que a relevância de alguma fase própria para a continuidade, a consciência da questão ao longo das diversas fases pode ser favorável para a sustentação de uma política mesmo ao longo de diferentes governos. Tal argumentação remete à ideia de que é possível planejar a continuidade e, sendo assim, a própria chance de continuidade pode servir como parâmetro de decisão no momento da adoção de uma política. Em segundo lugar, quando se tem como foco a etapa da implementação, o incrementalismo poderia ser visto como uma teoria da continuidade, pois em gestões e direções diferentes as políticas tenderiam a continuar, porque o que já foi realizado antes é parâmetro para as opções atuais, e a maioria das pessoas e instituições inseridas na questão leva históricos de desenvolvimento que restringem suas opções atuais. Por fim, existem os postulados teóricos que ajudam a explicar as mudanças por redes sociais e coalizões, sendo a continuidade de políticas uma consequência da continuidade ou estabilidade de grupos dominantes naquele subsistema político específico.

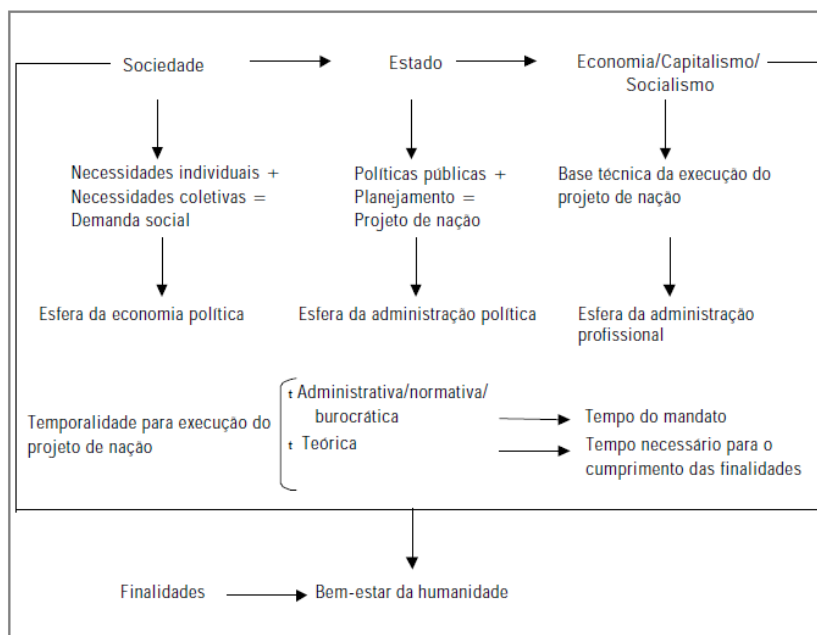
De acordo com Santos (2001), há uma relação entre a Sociedade, Estado e Economia Capitalista ou Socialista, em que as necessidades individuais e coletivas resultam em demanda social, na qual se faz parte da esfera da economia política. As políticas públicas e o planejamento refletem-se no projeto de nação, e estão na esfera da administração política. A economia capitalista ou socialista é base técnica na execução do projeto de nação, conduzida pela esfera da administração profissional. A compreensão da continuidade administrativa parte da noção de temporalidade, com as seguintes dimensões: a primeira dimensão da temporalidade é a que se denomina como administrativa, burocrática, normativa, e que está associada ao mandato daquele indivíduo ou partido eleito, pelas regras em vigor, para governar ou gerenciar uma empresa, um sindicato, um partido político, uma cidade, uma nação, que ao final do mandato o indivíduo ou partido político terá que deixar o comando da instituição, até então sob sua



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

responsabilidade de conduzir, e ser sucedido por outro que tenha as mesmas fundamentações técnico-ideológicas ou não. A segunda dimensão da temporalidade considerada é a teórica, que não está associada ao tempo regulamentar do mandato, está vinculada ao tempo técnico necessário para a execução da finalidade, que se expressa no bem-estar da plenitude da humanidade. Essas fundamentações estão apresentadas na Figura 1.

Figura 1: Esquema referencial teórico geral.



Pode-se apreender a partir desses conceitos que existem duas dimensões de temporalidade que fundamentam a continuidade administrativa, em que se destaca o bem-estar da plenitude da humanidade, como a finalidade que está relacionada ao tempo técnico do mandato, que se configura como a dimensão teórica para execução do projeto de nação.

Notas metodológicas

Para a construção da pesquisa, foi empregada a abordagem quantitativa e optou-se por se fazer sistematização e apresentação dos dados em dois períodos distintos, que são o ano 2000 e o ano de 2010, por meio de métodos estatísticos simples, através de análises descritiva, analítica e comparativa, cuja técnica empregada foi a variação percentual. Utilizou-se esta abordagem para se compreender melhor a evolução dos indicadores analisados.

Inserir-se ao processo metodológico o modelo analítico de gestão municipal, desenvolvido pelo Centro de Estudos em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (2010), que tem como objetivo apoiar a discussão local e territorial do desenvolvimento com equidade, fundamentado em três dimensões: primeiro, os diversos recursos podem ser utilizados para gerar ações de interesse público. Segundo, têm-se onde essas ações são alocadas: na atividade econômica local, na infraestrutura local e naquilo que ajude o desenvolvimento. Terceiro, verificam-se os impactos destas atividades no desenvolvimento social, na qualidade de vida das pessoas que lá residem e na redução das desigualdades. Para atender aos objetivos propostos na



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

presente pesquisa, seguem abaixo no Quadro 1 os indicadores acerca da gestão do desenvolvimento:

EIXO	INDICADOR	COMPONENTES
Desenvolvimento Social	IDHM	IDHM Educação IDHM Longevidade IDHM Renda
	Indicadores de Habitação	% da população em domicílios com água encanada; % da população em domicílios com energia elétrica; % da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana.

Quadro 1: Indicadores da Gestão do Desenvolvimento de Vitória da Conquista.

Fonte: Modelo de quadro de indicadores de Desenvolvimento Local com Equidade em Municípios de Pequeno Porte Populacional - Como utilizar a Plataforma Básica. Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV (2010). Adaptado pelo autor.

Discussão dos Resultados

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

É importante que indicadores de desenvolvimento sejam avaliados na tentativa de se compreender as questões que permeiam a área social. Do ponto de vista conceitual, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de três eixos do desenvolvimento humano: educação, longevidade e renda. O parâmetro do índice varia de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano experimentado pelo município. Portanto, o IDHM é um índice que agrega fatores que estão relacionados ao acesso à educação, saúde e renda.

Tabela 1 – IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal) de Vitória da Conquista – BA

IDHM - 2000	IDHM – 2010
0,538	0,678

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No que se refere à evolução do IDHM de Vitória da Conquista, o índice passou de 0,583 em 2000 para 0,678 em 2010, o que representa uma taxa de crescimento de 26,02%. A distância de desenvolvimento humano no período, ou seja, o hiato entre o índice de Vitória da Conquista e o limite máximo que é de 1, sofreu uma redução de 69,70%.

Como pode ser observado por meio da tabela 2, apresentam-se os componentes do IDHM. Com relação ao IDHM Educação, observa-se que, no comparativo entre 2000 e 2010, houve crescimento por percentual de faixa etária em todos os níveis de educação utilizados como critério, e isso se deve às políticas de acesso à educação implementadas pelo governo municipal.

**Tabela 2 – IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal) de Vitória da Conquista – BA**

IDHM e Componentes	2000	2010
IDHM Educação	0,362	0,581
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	32,86	49,26
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	68,41	86,65
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	43,26	84,01
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	24,90	47,30
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	15,25	33,93
IDHM Longevidade	0,679	0,788
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,72	72,30
IDHM Renda	0,633	0,681
Renda per capita (em R\$)	410,96	555,66

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Os avanços observados nos índices no comparativo entre os anos 2000 e 2010 reforçam as políticas da gestão municipal em tornar universal o ensino público, o que, dessa forma, deixa assegurado o direito ao acesso ao ensino que é preconizado pelos fundamentos legais da Constituição Federal de 1988, que coloca: “Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Como a própria Constituição Federal coloca que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, de acordo com os índices apresentados na tabela 2, os avanços alcançados foram significativos. No entanto, levando-se em consideração a permanência do projeto político-administrativo, os índices poderiam ter avançado num nível maior, pois o único componente do índice que se destaca é a % de 5 a 6 anos frequentando a escola, que era de 68,41, passando a ser 86,65, mas que ainda não atinge a totalidade desejada.

No que diz respeito à longevidade, a tabela 2 evidencia que houve uma elevação considerável da expectativa de vida, aumentando de 65,72 para 72,30 anos a esperança de vida ao nascer. Tal comportamento se deve aos gastos com saúde que foram realizados pelo governo municipal, o que não reflete que todos os indicadores de saúde estão em níveis satisfatórios. Quanto à renda per capita, observa-se crescimento considerável também no comparativo entre o ano 2000 e 2010. Pode-se atribuir ao aumento da renda por algumas políticas do Governo Federal, sobretudo, pelo estímulo ao consumo das famílias.

O índice de desenvolvimento municipal apresentado ainda não é considerado elevado, ou seja, não está em um nível que se possa definir como um índice que representa as necessidades da sociedade contempladas.

De acordo com os postulados de Martins (2004), na perspectiva de construir uma nova Administração do Desenvolvimento coloca-se como pertinente a relevância de uma mudança paradigmática do papel do Estado no processo de desenvolvimento. Segundo Mendes e Rezende (2008), o município possui a característica de atender a necessidades dentre outras



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

áreas, como a social, e as ações pertinentes terão que ser compatíveis com as finanças municipais.

Nestes termos, pode-se interpretar, portanto, que há uma necessidade de se (re)pensar a figura do Estado com todo seu aparato para voltar-se com o foco no desenvolvimento em seu sentido amplo, em que pesam questões como o avanço de indicadores que mensuram o nível de bem-estar da sociedade. Para Santos (2001), as políticas públicas refletem o projeto de nação, e estão na esfera política da administração pública. A economia capitalista ou socialista é base técnica na execução do projeto de nação, conduzida pela esfera da administração profissional.

À luz dessas considerações, as políticas públicas do município em questão, por meio de uma administração profissional, devem avaliar as questões sociais que permeiam um projeto de nação. Faz-se necessário abrir para discussão o município como um ente ou parcela que integra uma nação, e que precisa dar respostas rápidas às demandas sociais.

Indicadores de Habitação

Condições de infraestrutura básica formadas pelos equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e coleta de lixo são consideradas relevantes para assegurar a qualidade de vida das pessoas nos centros urbanos, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar dos cidadãos, pois a função da arrecadação de impostos deve ser para atender a tais necessidades. Os indicadores que evidenciam o atendimento desses equipamentos de infraestrutura constituem numa ferramenta relevante para se compreender quais são as demandas municipais, no que se refere à oferta de serviços públicos essenciais, e além disso, servir para o aperfeiçoamento da gestão pública, enfatizando o planejamento municipal e seu desenvolvimento.

A tabela 3 evidencia os indicadores de habitação de Vitória da Conquista com comparativo entre 2000 e 2010. Pode-se observar por meio da tabela que o percentual da população em domicílios com água encanada, percentual da população em domicílios com energia elétrica e o percentual da população em domicílios com coleta de lixo tiveram crescimento ao longo de uma década. No entanto, não há cobertura nos domicílios com água encanada em sua totalidade, bem como para a coleta de lixo, de outro modo, os domicílios com energia elétrica se aproximam da totalidade.

Tabela 3 – Indicadores de Habitação de Vitória da Conquista – BA

Indicadores	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	74,63	91,58
% da população em domicílios com energia elétrica	94,58	99,19
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana.	94,40	96,81

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

À medida que a vida social foi se tornando mais complexa, por conta das transformações das comunidades, surgiram então os serviços públicos, em que as primeiras noções de serviço público originaram-se na França com a chamada Escola do Serviço Público, defendida por Duguit e Bonnard, atribuindo ao Estado assumir vários encargos que eram atribuídos aos particulares. A prestação dos serviços públicos relativos à água, principalmente a sua



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

distribuição, saneamento básico, vigilância sanitária os quais estão associados à saúde humana e à preservação e proteção do meio ambiente é competência dos municípios, e tal fato se deve por ser o serviço de abastecimento de água, predominantemente, de interesse local (FERRÃO, 2006).

Segundo Andrade (2009), a superação de problemas, tais como a pobreza, a fome, a falta de acesso a serviços de saúde e educação, a inexistência de abastecimento de energia elétrica e a ameaça à sustentabilidade das comunidades, é necessária para que o desenvolvimento seja pleno, completo. Nestes termos, a interação individual é muito importante para que isso aconteça, mas a sua liberdade de ação depende de oportunidades sociais, políticas e econômicas. A distribuição de energia elétrica constitui-se em atividade essencial para o mundo moderno, assumindo ao mesmo tempo dois papéis: causa e consequência do desenvolvimento das sociedades.

A coleta de lixo na totalidade da população é sem dúvida uma questão que envolve a saúde da população, bem como sustentabilidade da sociedade, pois uma cidade com total cobertura da coleta de lixo irá impactar em menores índices de doenças e poluição do meio ambiente, tema de grande relevância nos dias atuais, que também abarca o desenvolvimento.

Para Santos e Santana (2011), o desenvolvimento de um município requer a existência de uma estrutura mínima de artefatos humanos, tecnológicos, financeiros, sociais, políticos e ambientais, ou seja, de elementos estruturais e estruturantes.

Dentro desse contexto, os indicadores de habitação deveriam representar a totalidade da população atendida com estrutura ambiental básica, e que ao mesmo tempo são elementos estruturais e estruturantes, capazes de conduzir ao desenvolvimento, e tal condição só é alcançada por meio da Administração do Desenvolvimento.

As necessidades individuais somadas às necessidades coletivas culminam na demanda social, que se enquadra na esfera da economia política, em que o papel do Estado é de formular as políticas públicas com o planejamento, resultando no projeto de nação. A dimensão da temporalidade teórica, que não está associada ao tempo regulamentar do mandato, vincula-se ao tempo técnico necessário para a execução da finalidade, que se expressa no bem-estar da plenitude da humanidade (SANTOS, 2001).

Sendo assim, pode ser observado, por meio dos indicadores de habitação apresentados neste tópico, que há uma evidência de que, na gestão do Partido dos Trabalhadores, não houve adoção de uma política com a finalidade de alcançar a sociedade de forma plena, ao apresentar que a totalidade da população não foi contemplada, o que demonstra em certa medida os percalços no processo de continuidade administrativa.

Portanto, com base nas discussões apresentadas, é possível concluir que os indicadores de habitação do município em questão precisam avançar para que o conceito de desenvolvimento seja atendido de forma plena, e isso será possível por meio de uma gestão pública incutida do conceito de Administração do Desenvolvimento.

Considerações Finais



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

Segundo Santos et al. (2013), ainda que se considere que a prática da gestão pública coloca-se como um desafio constante para os atores sociais envolvidos no processo de mudança da sociedade, tal gestão deve ser apreciada como um campo interdisciplinar que fundamenta-se no conhecimento oriundo da ciência política, da economia, da administração, da sociologia e do direito, influenciada por uma série de fatores, como relações de poder, bem como os valores dos tomadores de decisões e de responsabilidade social, em que o princípio da responsabilidade é o primeiro ato de qualquer participação na vida pública. Sendo assim, fatores como educação, saúde, emprego, dentre outros, têm um relevante papel na vida de todos.

Com base nos resultados apresentados nesta pesquisa acerca do eixo do desenvolvimento social, à luz das bases teóricas utilizadas em que se estabelece como um fim da Administração do Desenvolvimento o bem estar da sociedade não é evidenciado isso de forma plena, tendo em vista que, embora tenha sido observado avanço na área de indicadores de habitação, e muito embora o IDHM tenha sofrido um aumento, o seu índice ainda é considerado como médio, ou seja, é preciso avançar em cada ponto que compõe o IDHM, educação, longevidade e renda, de igual modo.

O nível médio do IDHM conduz a gestão pública municipal ter a compreensão da Administração do Desenvolvimento, sob a óptica de que é preciso refletir que há uma contraposição ao PIB, ou seja, crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, a comparação com outros municípios e um estímulo à melhoria constante.

Pode-se observar que a continuidade do projeto político-administrativo da gestão do Partido dos Trabalhadores não teve uma gestão fundamentada em políticas com foco no projeto de nação, apresentado neste trabalho à luz das reflexões de Santos (2001), fundamentando que o tempo regulamentar do mandato está vinculado ao tempo técnico necessário para a execução da finalidade, que se expressa no bem-estar da plenitude da humanidade.

Como reflexão, esta pesquisa coloca o questionamento: A que nível encontra-se a gestão pública municipal da cidade em questão, que possui indicadores de desenvolvimento humano municipal médio que evoluiu relativamente pouco ao longo de uma década? Os resultados da presente pesquisa abrem um caminho para um debate acerca da Administração do Desenvolvimento no contexto atual de sociedade, que é possível dialogar entre Sociedade, Estado e Economia.

Referências

ANDRADE, Maísa Medeiros Pacheco de. **O direito social fundamental de acesso a energia elétrica e a atuação estatal.** Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13902/1/MaisaMPA_partes%20autorizadas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.

FERRÃO. Ana Elisa Coda. **Serviço público de abastecimento de água no município de porto alegre.** Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/ana_elisa.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2016.



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

SANTOS, E. L. Teoria da Administração Política: uma proposta teórica do Sul. In: E. L. SANTOS (Org.). **Teorias Administrativas Contemporâneas: diálogos e convivência** (pp. 177-190). São Paulo/Vitória da Conquista: Hucitec e Edições Uesb, 2016.

SANTOS, E.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do Desenvolvimento na perspectiva Guerreirista: conceitos, contribuições e implicações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, p. 462-477, 2015.

SANTOS, E. L. & SANTANA, W.G.P. Administração do Desenvolvimento: Passado, Presente e Futuro. **I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Administração**. Florianópolis-SC, 2011.

SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração política. **Revista de Administração Pública**. RAP Rio de Janeiro 35(5):49-77, Set/Out. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6404/4989>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

MARTINS, H. F. Administração Para o Desenvolvimento: A relevância em busca da disciplina. **Revista Governança & Desenvolvimento**, n. 1, abril 2004.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. Dissertação de Mestrado. FGV – 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2423/53706.pdf?sequence=3>. Acesso em 06 Fev. 2016.